



## Plenário aprova projeto sobre gratificações na Previdência

Projeto de conversão aprovado pelo Senado e enviado à sanção beneficia 67.576 pessoas, entre servidores ativos, aposentados e pensionistas, conforme o relator, Aloizio Mercadante. **Página 4**

No Plenário, senadores atribuem prioridade à votação da proposta que regulamenta as zonas de processamento de exportação

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.618 – Brasília, sexta-feira, 22 de junho de 2007

## CPI do Apagão ouve denúncia e pede cópias de auditorias

Empresária aponta irregularidades em contratos da Infraero. Viana e Demostenes sugerem aumento de salário para controladores de voo

A empresária Silvia Pfeiffer confirmou ontem denúncias de corrupção em contratos firmados pela Aeromídia com a Infraero. A CPI solicitou

cópias de auditorias de diversos contratos. O presidente e o relator da CPI, Tião Viana e Demostenes Torres, sugeriram ao governo que atenda controladores. **Página 3**

Jofre Cruz



Marconi Perillo (3º à esq.) preside audiência pública com especialistas na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

## Propostas para controle de celular em presídio

O presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Marconi Perillo, apoiou ontem o sistema de controle de comunicação dentro dos presídios proposto por grupo interministerial. O sistema é seguro e será levado em conta,

disse Marconi, com a concordância do relator do projeto em exame na comissão, Flexa Ribeiro. A responsabilidade pelo pagamento do custo de bloqueadores de celulares divide opiniões. **Página 7**

J. Freitas



Carlos Cavalcante, Marcos Formiga, Cristovam Buarque, Leila de Souza e Décio Corrêa em audiência na comissão

## Educação deficiente, ameaça à competitividade

Participantes de audiência pública na Comissão de Educação apontaram ontem as deficiências na educação como ameaça à competitividade do setor empresarial do país. De acordo com o superintendente do Instituto

Euvaldo Lodi, Carlos Roberto Cavalcante, o percentual de recursos investidos em relação ao produto interno bruto é semelhante ao de países desenvolvidos, mas a aplicação das verbas não é bem feita. **Página 2**

Geradty Viegas



## Renan volta a descartar renúncia

Em entrevista coletiva, presidente do Senado diz que a Casa funciona normalmente e não permitirá que a levem a uma "crise institucional". **Página 5**

Impresso Especial  
5362005/DR/808  
SENADO FEDERAL  
CORREIOS



Audiência realizada na CE dá prosseguimento ao ciclo de debates sobre propostas para a educação e políticas do governo federal destinadas ao setor

## Cristovam volta a cobrar investimentos no ensino básico

Durante audiência pública realizada ontem pela Comissão de Educação (CE) destinada a debater propostas para o ensino brasileiro e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Cristovam Buarque (PDT-DF) voltou a dizer que melhorar a educação básica é a primeira condição para que o país tenha uma universidade de qualidade.

O senador, que preside a CE, também pediu a adoção de políticas educacionais para melhorar especificamente o ensino médio brasileiro.

Defensor de uma revolução na educação – com escolas de qualidade, em tempo integral, e melhores salários para os professores –, Cristovam anunciou que

criará o movimento Educação Já, a exemplo da campanha das Diretas Já na década de 1980.

O senador Wilson Matos (PSDB-PR) disse concordar com Cristovam Buarque e frisou que, sem uma educação de alto nível, o país não alcançará um desenvolvimento sustentável.

Wilson Matos, que é professor, observou que a educação brasileira enfrenta problemas estruturais relacionados à infra-estrutura física das escolas, incluindo as más condições dos estabelecimentos de ensino. Ele destacou ainda que o setor tem um problema cultural, fruto de uma “sociedade desinformada”, em que a população não está acostumada a ler livros, jornais e revistas.

## Para especialistas, desenvolvimento requer educação

Presente ao debate realizado na Comissão de Educação, Carlos Roberto Cavalcante, superintendente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), do sistema Confederação Nacional da Indústria (CNI), destacou que a educação é fator essencial de sustentabilidade do desenvolvimento nacional. A audiência deu prosseguimento ao ciclo de debates intitulado “Idéias e Propostas para a Educação Brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)”.

Cavalcante destacou a importância do envolvimento de todos os setores num esforço pela qualidade do ensino.

– Quando comparamos os dados da educação brasileira com os de outros países, percebemos que estamos em desvantagem, e isso afeta a competitividade do setor empresarial do país – afirmou.

No centro do debate, segundo o superintendente do IEL, estão a revisão dos investimentos em educação e a necessidade de valorização do professor. Quanto aos investimentos, ele disse acreditar que o problema não está no percentual de recursos aplicados no setor (cerca de 4% do produto interno bruto – PIB), que seria semelhante ao de países como Argentina, Chile e Alemanha, mas sim na forma de aplicação.

– A título de exemplo, no Brasil, são investidos a cada ano cerca de US\$ 1 mil por aluno no ensino médio, ao passo que, na Alemanha, esse montante chega a US\$ 9 mil – observou.

Para Marcos Formiga, professor da Universidade de Brasília (UnB), e Leia de Souza Oliveira, presidente da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras



Cavalcante (E), Formiga, Cristovam, Leia e Décio, em debate na Comissão de Educação

(Fasubra), o percentual do PIB investido em educação deveria ser, no mínimo, duplicado. Leia considera que “os 4% são uma vergonha nacional”.

### Docentes

A importância da valorização do professor foi objeto de manifestação de todos os convidados. Décio Corrêa Lima, diretor da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas (Abrafi), afirmou que “o segredo de uma boa escola e a condição básica para o bom desenvolvimento do ensino é a relação professor/aluno”.

Carlos Roberto Cavalcante, da CNI, acrescentou que “o investimento no professor é requisito essencial para uma mudança profunda e duradoura”. Ele observou que na Coreia do Sul, por exemplo, cuja economia cresceu de forma acelerada na última década, o professor é visto como principal agente do desenvolvimento do país, e, por consequência, é bem remunerado.

Ainda que o estabelecimento de um piso salarial para o magistério no Plano de Desenvolvimento da Educação tenha sido considerado positivo pelos convidados, seu

valor ainda é visto como insatisfatório. Para a representante da Fasubra, o piso não poderia ser inferior a R\$ 1 mil.

Mas a crítica consensual ao plano de metas do governo federal para o setor diz respeito à sua estrutura, como assinala Cavalcante.

– Falta algo que amarre as ações para que elas estejam alinhadas com o objetivo maior do plano e com o desenvolvimento do país – afirmou ele.

Opinião semelhante foi defendida por Marcos Formiga. Para ele, falta ao PDE uma “espinha dorsal”.

– É um conjunto de idéias, mas elas estão soltas – opinou.

Segundo o professor da UnB, é preciso uma revisão do paradigma educacional.

– Estamos transmitindo conceitos e reproduzindo modelos do século 19 em plena sociedade da informação. É preciso abandonar o velho paradigma centrado no professor e valorizar a gestão do aprendizado pelo próprio aprendiz. Por esse novo parâmetro, professores e alunos devem aprender a aprender, numa via de mão dupla – destacou.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Sessão não-deliberativa às 9h

O Plenário do Senado realiza hoje, a partir das 9h, sessão não-deliberativa, destinada a debates dos parlamentares e a comunicados da Mesa diretora e das lideranças partidárias, além da leitura de requerimentos e projetos.

### Rádio Senado discute projeto contra a homofobia

A Rádio Senado exibe hoje, às 20h, reportagem especial sobre o projeto que tem como objetivo punir a homofobia. A proposta altera a Lei 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor, ampliando os casos possíveis em que a discriminação se tornará crime. O programa tem reprise amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

(61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho, Eduardo Suplicy, Mão Santa, Tião Viana, Flávio Arns e Romeu Tuma





Roosevelt/Inpho

Medida prevê titular terras entre 500 e 1.500 hectares, afirma Jucá

## Jucá anuncia saída para titulação de terras em Roraima

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou ontem a solução obtida junto ao governo para titulação das terras no estado de Roraima. Trata-se de resolução que oferece condições de titular terras entre 500 e 1.500 hectares e estende a possibilidade de titularidade àqueles que tiverem tornado as terras produtivas.

Jucá agradeceu o empenho do presidente Lula, do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e do presidente do Inbra, Rolf Hackbarth, para solucionar o problema.



Roosevelt/Inpho

Em protesto, Mozarildo se abstém de votação de projeto no Plenário

## Mozarildo cobra apoio do presidente Lula a seu estado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cobrou o cumprimento de promessa feita pelo presidente Lula, em março, de que anunciaria soluções para problemas de Roraima, em encontro que, além do senador, reuniu o governador do estado e Augusto Botelho (PT-RR).

– Vamos completar três meses. A resposta viria em três semanas, mas a história termina sendo empurrada com a barriga – lamentou.

Em protesto, Mozarildo se absteve ontem da votação de projeto no Plenário do Senado.

Ex-sócia da empresa Aeromídia, Silvia Pfeiffer confirma irregularidades em contratos de propaganda nos aeroportos de Brasília, Curitiba e Maceió, com superfaturamento acima de 100% do valor real

# Empresária confirma denúncia de corrupção em contratos da Infraero

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo, a empresária Silvia Pfeiffer confirmou ontem denúncias de corrupção em contratos realizados pela empresa da qual era sócia, a Aeromídia, com a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), a partir de 2002.

Silvia denunciou irregularidades em contratos de mídia aeroportuária, obras e publicidade, firmados entre a sua empresa e a Infraero em aeroportos de Brasília, Curitiba e Maceió, e informou que houve contratos com índice de superfaturamento de mais de 100%.

As denúncias vêm sendo publicadas na imprensa desde abril e foram prestadas à Polícia Federal em Curitiba em maio. Durante o depoimento na CPI do Apagão Aéreo, a empresária passou mal e a reunião teve de ser interrompida por quase uma hora. Ao prestar informações, ela disse que está desempregada e que enfrenta situação financeira difícil, além de ter sofrido ameaças de morte. Na reunião, a ex-sócia da Aeromídia apresentou aos senadores diversos documentos para



Demostenes Torres (E) e Tião Viana acompanham depoimento de Silvia Pfeiffer

comprovar suas denúncias, como cópias de contratos, depósitos bancários e fitas com gravações de conversas. O relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), afirmou em entrevista, ao final da reunião, que todas as informações terão de ser checadas e investigadas pela Polícia Federal, Tribunal de Contas da União e Ministério Público.

### Publicidade

Silvia Pfeiffer apontou irregularidades também em contratos firmados pela Infraero com outras empresas. Na compra de programas de computador para veiculação de publicidade nos aeroportos, a Infraero teria pago R\$ 26 milhões à empresa FS3 Comunicações. A negociação, informou, foi superfaturada.

A empresária denunciou ainda

o envolvimento do ex-senador e ex-presidente da Infraero Carlos Wilson e do ex-prefeito de Curitiba Cássio Taniguchi, atual secretário de Desenvolvimento Urbano do DF. Conforme a depoente, Eurico Loyo, assessor de Carlos Wilson, estaria envolvido na preparação de licitações fraudulentas na Infraero. A CPI já aprovou requerimento para ouvir Loyo.

A empresária informou ainda que o setor de mídia aeroportuária funciona no Brasil em sistema de cartel e que várias empresas do setor são privilegiadas ao firmar contratos com a Infraero. Ela também denunciou envolvimento da agência do publicitário Duda Mendonça. O depoimento de Silvia Pfeiffer, que sofre de hipertensão, foi interrompido por ordem médica e deverá ser retomado na terça-feira, às 10h.

Demostenes informou que vai pedir a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico tanto da empresa Aeromídia quanto da empresária. Silvia afirmou que essa medida deverá comprovar todos os pagamentos de propina feitos pela empresa.

## CPI do Apagão Aéreo solicita cópias de 116 auditorias realizadas na Infraero

A CPI do Apagão Aéreo aprovou oito requerimentos solicitando cópias de auditorias, realizadas pelo Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União, em obras contratadas pela Infraero. Ao todo, foram solicitadas reproduções de 116 fiscalizações feitas em aeroportos de 17 estados do país, sendo 31 destas referentes aos aeroportos paulistas de Viracopos, Guarulhos e Congonhas.

Outros requerimentos aprovados pelo colegiado convocam procuradores do Ministério Público Federal, auditores do TCU e delegados da Polícia Federal responsáveis pelos processos que serão examinados.

A comissão aprovou ainda requerimento requisitando à Infraero histórico de licitação para aquisição de ônibus, relação de todas as empresas contratadas para a fiscalização de suas obras, além de cópias de perícia técnica

relativa ao processo de aquisição de software à empresa FS3 Comunicações e de todos os contratos e aditivos de arrendamento relativos ao estacionamento de automóveis em aeroportos.

Com o objetivo de concluir a segunda fase de suas investigações, a CPI acatou pedidos de audiência para ouvir o professor de Direito Aeronáutico Georges Ferreira; o brigadeiro Álvaro Pequeno, presidente da comissão CNS/ATM (sigla em inglês para Comunicações, Navegação, Vigilância e Gestão de Tráfego Aéreo); e o brigadeiro Renato Pereira, ex-secretário-geral da Organização Internacional de Aviação Civil.

Em sessão reservada, serão ouvidos o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil; o diretor-geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, o presidente da Infraero e o diretor de Política de Aviação Civil do Ministério da Defesa.

## Senadores pedem aumento salarial para controlador

O presidente da CPI do Apagão Aéreo, Tião Viana (PT-AC), e o relator, Demostenes Torres (DEM-GO), preocupados com novo capítulo do caos aéreo, sugeriram ao governo que aumente os salários dos controladores de voo como forma de acabar com os protestos dessa categoria profissional. Nos últimos dias, uma suposta operação-padrão praticada pelos controladores nos aeroportos brasileiros vem provocando novos atrasos e cancelamentos de vôos.

Para Viana, o problema que origina todos os outros é que “existe uma crise de definição da política salarial dos controladores”. Para o senador, a situação é de emergência e necessita de uma resposta, uma vez que “a sociedade está pagando as conseqüências”.



Gerab/Vigés

Para Agripino, abertura ao capital privado é a solução para o setor

## Agripino defende a privatização dos aeroportos

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), defendeu ontem em Plenário a privatização ou concessão dos aeroportos brasileiros para acabar com o caos aéreo no país. A afirmação foi baseada em estudo elaborado pelo seu partido.

– O caminho é a privatização. Os aeroportos são rentáveis. É assim na França, nos Estados Unidos, na Inglaterra: ou concessão ou privatização, para que o negócio, sendo viável, atraia o capital privado e resolva o problema de brasileiros que estão dormindo nos aeroportos – afirmou.

Agripino criticou o governo brasileiro por destinar, de acordo com previsões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), apenas R\$ 3 bilhões para investimentos nos aeroportos e afirmou que, de acordo com a Infraero, são necessários R\$ 7 bilhões. O estudo do DEM destaca que são necessários R\$ 20 bilhões. E como o país não tem dinheiro suficiente para as obras, a solução seria a privatização, reafirmou o senador.

### Desmilitarização

Outro dado apontado pelo estudo foi o custo de US\$ 8 bilhões para a realização da desmilitarização do controle aéreo, com o que Agripino chamou de “duplicação” dos equipamentos de vigilância, criando-se assim um sistema civil e outro militar.

– Será que não vale a pena um esforço de gestão do governo para resolver o problema? Ou ele dispõe de US\$ 8 bilhões, que é muito, para desmilitarizar o setor, porque os militares vão continuar com o comando do seu controle aéreo, ou então faz o ajuste entre civis e militares – afirmou.





Pais completa mais longo período de crescimento, diz Mercadante

### Mercadante: crescimento é contínuo

Para o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), o Brasil vive um momento especialmente importante em sua história econômica. Ele disse que há 15 trimestres o país tem um crescimento econômico progressivo, salientando que, ao fim deste segundo trimestre de 2007, o Brasil vai completar o mais longo período de crescimento sustentado nos últimos 25 anos.

Mercadante lembrou que o Brasil cresceu, nos últimos três anos, 4,1% em média e que para este ano os últimos indicadores apontam um crescimento do produto interno bruto (PIB) em torno de 4,7%.

– O mais importante é que é uma aceleração com qualidade, porque a formação bruta de capital, que é o investimento em máquinas, indústria e capacidade produtiva nova, está crescendo 7,3% e puxando o crescimento econômico.

#### Empregos

O senador assinalou ainda a criação de 1 milhão de empregos em todo o país nos cinco primeiros meses de 2007. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que acompanha o desenvolvimento dos países industrializados, demonstra que o Brasil registrou uma média de 2,7 milhões de empregos por ano, nos últimos três anos, e que a criação de empregos está em aceleração.

– É verdade que o desemprego ainda é alto, mas a criação de novos postos está batendo recordes – disse.

Outro indicador positivo apontado por Mercadante foi a queda do risco-país, tendo o Brasil atingido o melhor posicionamento de toda a história, o que atrai investimentos externos.

Medida provisória que contemplou servidores faz parte de iniciativa para melhorar atendimento aos segurados e reduzir o déficit do setor

## Senado aprova MP que cria gratificações na Previdência

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei de conversão (PLV 15/07) à medida provisória (MP 359/07) que reestruturou cargos e instituiu gratificações na Previdência Social. Segundo informou o relator revisor, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a medida contemplou 69.576 beneficiários, entre servidores ativos, aposentados e pensionistas. A matéria segue agora à sanção presidencial.

A MP 359/07 constituía parte de um conjunto de medidas voltadas à valorização dos servidores, à melhoria no atendimento aos segurados e à redução do déficit da Previdência Social. Seu objetivo maior seria melhorar a gestão e racionalizar os gastos com

a seguridade social, coibindo, inclusive, a ação de intermediários que costumam faturar com a promessa de agilizar a liberação de benefícios.

Para o exercício de 2007, o impacto financeiro da reestruturação da carreira da Previdência Social é estimado em R\$ 376.400.037, saltando, em 2008, para R\$ 703.152.888 e, em 2009, para R\$ 856.309.144.

#### Próximas votações

Os demais itens da ordem do dia terão sua votação negociada pelos líderes partidários no início da próxima semana. Também ficou acertado que não seriam lidas cinco medidas provisórias recém-chegadas ao Senado que, por estarem com prazo de votação vencido, trancariam a pauta de

deliberações.

Ainda durante a discussão do assunto em Plenário, foi atribuída prioridade de votação às propostas relativas às zonas de processamento de exportação (ZPEs); ao pagamento de precatórios; a empréstimos aos estados; à contratação de funcionários como prestadores de serviço por pessoas jurídicas; à revitalização da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); e às medidas de segurança pública, numa homenagem ao senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) – um dos grandes defensores dos projetos –, que está internado em São Paulo.

## Mão Santa: população diz que nunca houve tanta corrupção

Mão Santa (PMDB-PI) considerou “preocupantes” alguns resultados de pesquisa de opinião encomendada pelo Democratas (DEM), divulgada parcialmente ontem. Ele informou que as pessoas disseram no levantamento “que nunca houve tanta corrupção no país quanto agora”.

Outro resultado, acrescentou o parlamentar, informa que as pessoas também consideram a situação da segurança pública no país “a pior da nossa história”. Ele afirmou que era “previsível” o resultado da pesquisa apontando que o presidente Lula seria novamente escolhido se houvesse eleição hoje.

– Nós ouvimos a líder do governo entusiasmadamente com o resultado da pesquisa do Democratas. Mas nem todos os dados são bons. Os serviços de saúde, por exemplo, são considerados precários no país – disse.

Mão Santa lamentou que um dos maiores hospitais



Mão Santa considera resultados de pesquisa “preocupantes”

do Piauí, o Getúlio Vargas, tenha suspenso as internações para cirurgias eletivas porque os anestesiologistas decidiram parar o trabalho.

#### Homenagem

Ao fazer ontem uma homenagem aos 70 anos do Ginásio São Luiz Gonzaga, onde estudou, em Parnaíba, Mão Santa formulou críticas à atual estrutura de ensino e à administração pública, especialmente ao governo Lula. O senador afirmou que o ginásio é remanescente de uma época em que o ensino era levado a sério e produzia bons resultados.

## Flávio Arns resalta sanção da regulamentação do Fundeb

Flávio Arns (PT-PR) comemorou a sanção, pelo presidente da República, na quarta-feira, da lei que regulamentou o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A partir de agora, os alunos com deficiência que estudam em escolas públicas especiais sem fins lucrativos passarão a ser reconhecidos nos cálculos para a distribuição dos recursos públicos destinados à educação.

– Nosso país já havia experimentado mudanças significativas com a implantação, há alguns anos, do Fundef [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério], que valorizava os professores da 1ª à 8ª série. O Fundeb incluiu a educação básica, as creches, as pré-escolas, a educação de jovens e adultos e a educação especial – destacou.

O senador festejou ainda



Flávio Arns destaca benefício a alunos com deficiência

a aprovação, pelo Senado, do projeto de conversão da medida provisória que alterou a lei da Timemania. Além de incluir as entidades de saúde de reabilitação física de pessoas com deficiência entre os beneficiados com os recursos da loteria, a lei vai permitir que entidades que atendem crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência parelem seus débitos com órgãos federais valendo-se dos critérios especiais fixados pela lei.

Em aparte, Eduardo Azevedo (PSDB-MG) cobrou mais recursos do governo para o Fundeb.

## Neuto de Conto comemora: SC está livre da aftosa

O senador Neuto de Conto (PMDB-SC) festejou ontem o reconhecimento, pela Organização Mundial da Saúde Animal, de que Santa Catarina está livre da presença de febre aftosa no rebanho bovino. Ele leu em Plenário o certificado, que considerou uma conquista para seu estado.

– Quem atestou isso não fui eu nem veterinários de Santa Catarina – assinalou, congratulando os profissionais e pecuaristas envolvidos na recuperação da imagem do estado como exportador de carne.



Certificado para rebanho bovino foi lido por Neuto de Conto

## Ideli registra medidas que fortalecem educação

Ideli Salvatti (PT-SC), líder do Bloco de Apoio ao Governo, registrou a sanção, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da lei que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e substitui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). Ela disse que, para o presidente, as novas medidas e outras ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) vão possibilitar o ressurgimento da escola pública no Brasil.

A senadora lembrou que o antigo Fundef “foi uma feliz iniciativa” do governo Fernando Henrique Cardoso, mas cobria apenas o ensino fundamental, diferentemente do Fundeb, que estende o alcance dos recursos a toda a educação básica, incluindo creches e educação para os portadores de necessidades especiais.

Em 2010, quando estiver



Ideli diz que presidente acredita no ressurgimento da escola pública

totalmente implementado, o Fundeb deverá garantir R\$ 55,8 bilhões ao ensino público, em investimentos gradativos, salientou a senadora. Desse total, R\$ 50,7 bilhões virão de estados e municípios e R\$ 5,1 bilhões da União.

#### Pesquisa

Ideli citou dados de pesquisa realizada a pedido do Democratas, que, a seu ver, demonstrou algo importante: mais da metade da população brasileira tem preferência partidária, o que deve levar a classe política a lutar pelo fortalecimento das legendas.

Presidente do Senado prevê funcionamento normal da Casa na próxima semana, com liberação da pauta e debates sobre Emenda 3 e vetos à Sudam e à Sudene

## Processo poderá ter três relatores interinos, diz Sibá

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, Sibá Machado (PT-AC), pode optar pela nomeação de uma comissão integrada por três relatores interinos para a análise da representação do PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por suposta quebra do decoro parlamentar. Os três interinos assumiriam o posto até a nomeação de um novo relator. A informação foi divulgada pela assessoria de imprensa de Sibá.

O cargo de relator da representação está vago após o pedido de afastamento, por motivos de saúde, do senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA). Seu sucessor, Wellington Salgado (PMDB-MG), pediu renúncia na quarta-feira.

### Cronograma

Sibá cancelou a reunião do grupo de trabalho criado para definir um cronograma de trabalho para o colegiado. O conselho decidiu ampliar as investigações no caso da representação contra Renan. A primeira reunião do grupo, que estava marcada para ontem, só deverá acontecer depois que for indicado o novo relator para o caso.

Sibá explicou que entende que a comissão de apoio (o grupo de trabalho) foi criada na última quarta-feira para auxiliar o trabalho do relator e, portanto, com a renúncia de Wellington Salgado da função naquele mesmo dia, não seria possível definir o cronograma.

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP) – um dos cinco senadores que compõem o grupo –, e Renato Casagrande (PSB-ES), membro do Conselho de Ética, consideraram correta a decisão de cancelar a reunião.

Já Demostenes Torres (DEM-GO) acredita que não há dificuldades para se elaborar o cronograma.

– É só deixar a Polícia Federal concluir o trabalho que iniciou, sem definir prazo para isso – destacou.

# Renan reafirma que não vai se afastar do cargo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, voltou ontem a descartar qualquer possibilidade de afastamento do cargo em razão da representação movida contra ele pelo PSOL por suposta quebra de decoro parlamentar.

– Eu disse que “renúncia” e “licença” não faziam parte do meu dicionário. Mas é mais do que uma questão gramatical; é uma questão de personalidade. Eu não permitirei que levem o Senado a uma crise institucional. Eu não arrendarei o pé – declarou.

Renan também disse que não requisitou o apoio do presidente Lula para viabilizar a sua permanência no cargo.



Renan: estamos recebendo ataques que não têm nada a ver com decoro

– Eu não preciso que ninguém me defenda. O que me defenderá sempre é a verdade. Esse processo é esquizofrênico. Nós estamos vivendo uma crise com ataques diários, absurdos, que não têm nada a ver com o decoro – afirmou.

O senador garantiu ainda

que não está preocupado com relação ao prazo em que será julgada a representação do PSOL pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Renan Calheiros afirmou que vem recebendo apoio e solidariedade dos senadores, e que não se sente traído pelo conselho.

– Muito pelo contrário. Estou recebendo o apoio e o conforto que sempre esperei ter – ressaltou.

O presidente do Senado advertiu ainda que não vai permitir que se devesse a vida dos senadores.

– Fiz questão de expor as minhas provas, as minhas vísceras. Mas a exposição dos outros senadores não permitirei – concluiu.

## Gilvam lembra processo de cassação de Ibsen Pinheiro

Gilvam Borges (PMDB-AP) fez uma analogia entre a cassação, em 1994, do mandato do deputado Ibsen Pinheiro, acusado de envolvimento com a máfia do Orçamento no Congresso, e a investigação pelo Conselho de Ética no caso da representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros.

– Em setembro de 1993, em matéria da revista Veja, uma foto de Ibsen em companhia de alguns investigados foi considerada prova de crime de formação de quadrilha. Uma movimentação financeira de US\$ 1 mil transformou-se numa megaoperação de US\$ 1 milhão – explicou.

Embora Ibsen tenha sido considerado inocente anos mais tarde, e tenha retornado à Câmara (ele é deputado federal atualmente), Gilvam disse que o parlamentar foi “escorraçado, humilhado e amargou dez anos de longo silêncio”.

Ao analisar desdobramentos da representação contra Renan, Gilvam apontou “uma postura de condenação sumária, incapaz de ser



Danos à imagem de um acusado são difíceis de reverter, diz Gilvam

revertida por depoimentos, provas ou contraprovas, já que o julgamento é político, e não técnico”. O senador apelou ao Conselho de Ética para que faça prevalecer o senso de justiça, resguardando o processo da influência da imprensa ou de questões ideológicas.

– Diante dos holofotes da imprensa, muitos colegas se curvam e intimidam e não hesitam em silenciar. Me dói ver que a história se repete – afirmou, comparando os dois processos.

O senador defendeu a apuração rigorosa dos fatos, “pois eventuais danos à imagem ou à credibilidade do acusado são difíceis de se reverter”.

## Suplicy pede a senador que revele “fatos inadequados”

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem, da tribuna do Plenário, que o presidente do Senado, Renan Calheiros, tem o dever de tornar públicos quaisquer “fatos inadequados”, relativos a senadores, dos quais ele tenha conhecimento, conforme notícia publicada ontem no jornal Folha de S. Paulo.

Suplicy leu o título da matéria: “Grupo de Renan faz ameaças veladas para intimidar senadores”. Citou ainda o Blog de Josias de Souza, do site Uol/Folha Online, o qual informou que Renan estaria “se sentindo isolado e que poderia reagir”.

– Está expresso aqui [na notícia] que alguns de seus interlocutores teriam dito que ele poderá provocar uma crise institucional, até como governo do presidente Lula, se houver alguma iniciativa que ele considere imprópria, se não houver logo o término daquilo que



Suplicy defende comparecimento de Renan ao Conselho de Ética

estamos fazendo, que é apenas cumprir com o nosso dever no Conselho de Ética – observou.

O parlamentar reafirmou sua convicção de que o presidente do Senado deve comparecer ao Conselho de Ética para apresentar suas explicações, inclusive sobre “fatos apontados pela perícia da Polícia Federal” nas notas de venda de bois. Disse ainda que fazia a sugestão “da maneira mais construtiva” e como um amigo de Renan Calheiros.

## Presidente do Senado nega acusações da Folha

Renan Calheiros negou ontem que tivesse feito ameaças a outros senadores, ao contrário do que afirmou a Folha de S. Paulo. De acordo com o jornal, Renan teria ameaçado revelar “fatos incômodos” sobre seus colegas senadores.

– Nesse processo kafkiano e nesse ataque especulativo de que algumas pessoas são vítimas diariamente, surgem muitas intrigas. Mas o Senado Federal, que me conhece sobejamente na minha relação com cada senador, sabe muito bem que essa coisa de ameaça e insinuação não faz parte da minha personalidade. Quero que não haja nenhuma dúvida sobre qualquer tipo de intriga que queda aqui diante de mim – frisou o presidente do Senado.

Em discurso no Plenário, realizado no co-

meço da tarde, antes da chegada do presidente do Senado ao Plenário, Eduardo Suplicy disse que Renan teria o dever de revelar quaisquer “fatos inadequados” de que tivesse conhecimento. Já o senador José Agripino (DEM-RN) saudou a fala do presidente do Senado.

– A Casa está inundada de boatos colocando muitos sob suspeita. Vossa excelência coloca de público, no Plenário do Senado, a sua posição. Eu não podia esperar outra atitude. Na relação que há entre os senadores, não cabe outra atitude a não ser essa, marcada pela franqueza. Como considero vossa excelência um homem de caráter, acolho sua manifestação e considero que ela sepulta os boatos – observou José Agripino.



## Adoção, homofobia e ZPEs serão temas de debates

Um seminário sobre as zonas de processamento de exportação (ZPEs) e duas audiências públicas – uma para discutir o sistema de adoção de crianças no país, e outra sobre o projeto que inclui na lei anti-racismo os crimes de discriminação e preconceito contra homossexuais – serão os próximos debates da Comissão de Direitos Humanos. Os três foram requeridos pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e aprovados ontem pelo colegiado.

O objetivo do seminário sobre as ZPEs, segundo Paim, é enfocar a questão da geração de emprego na ótica dos direitos humanos. O evento será realizado na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Para a audiência sobre adoção, o juiz de Infância e Juventude de Vitória, Paulo Luppi, e o promotor de Justiça da Infância e Juventude de Divinópolis (MG), Carlos José Fortes, estão entre os convidados. Quanto ao debate sobre o projeto contra a homofobia (PLC 122/06), essa será a terceira audiência na CDH relativa ao tema.

### Paim defende zonas de exportação no Rio Grande do Sul

Paulo Paim (PT-RS) informou que apresentou projeto incluindo entre as zonas de processamento de exportação que serão criadas no país uma no Vale do Rio dos Sinos e outra na região norte do Rio Grande do Sul. Ele lembrou que a região de Rio Grande já está contemplada em projeto de José Sarney (PMDB-AP) sobre as ZPEs.

Em virtude de transcorrer, ontem, o terceiro aniversário de morte de Leonel Brizola, Paulo Paim também prestou uma homenagem ao ex-governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Ele lembrou fatos importantes da história do gaúcho.

Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos revela divergências entre convidados e também entre parlamentares sobre projeto que será votado pelo Plenário

# Redução da idade penal divide as opiniões de senadores e especialistas

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) abrigou, ontem, o segundo debate relativo à proposta de emenda constitucional sobre a redução da maioridade penal que está para ser votada pelo Plenário. A primeira reunião ocorreu em 30 de maio.

A proposição altera a idade penal, de 18 para 16 anos, em caso de crime hediondo e foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na ocasião, a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) sustentou que a idade penal é protegida por cláusula pétrea da Constituição.

– Não posso condenar as crianças porque o Estado brasileiro não cumpriu suas responsabilidades.

Conforme Patrícia, as infrações cometidas por jovens devem continuar sendo orientadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). Além das alternativas socioeducativas, ela salientou que existem medidas de restrição

## Representantes da OAB e do Conanda discordam de PEC

O clamor pela redução da maioridade penal é estimulado por um sentimento social de vingança. A afirmação foi feita pela criminalista Herilda Balduino, que representou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em debate sobre a alteração da maioridade penal na CDH. Para reduzir a criminalidade, afirmou, o país precisa, antes de tudo, cumprir suas leis.

A representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Thereza Delamare, falou sobre o novo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), criado para fixar parâmetros objetivos para o cumprimento das infrações cometidas por jovens.



Thereza Delamare, Herilda Balduino, Cristiano Paixão, Paulo Paim, Tito Amaral e José Maria e Silva

de liberdade muito severas previstas no estatuto.

Para Magno Malta (PR-ES), deve valer o Código Penal para crimes hediondos, não importando a idade do autor. Ele defendeu, no entanto, o cumprimento da pena, no caso dos menores, em unidades especiais.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), autor do requerimento da audiência, manifestou a esperança de que o debate encontrasse uma solução que “reflita a média do pensamento brasileiro”. Embora esteja ao lado dos que condenam a redução, Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou que “nem

sempre a pobreza leva à criminalidade”. Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs, contra a violência, “baixar a menoridade educacional”, colocando as crianças cada vez mais cedo na escola.

Já para Wilson Matos (PSDB-PR), “a vida é um direito inalienável”: quem mata precisa ser punido, sem importar a idade.

### Escola integral

Lúcia Vânia (PSDB-GO) lamentou “a ênfase colocada nesse debate, enquanto falta apoio à proposta por mais recursos para garantir escola em tempo integral para as crianças”. Favorável à PEC, Geraldo Mes-

quita Júnior (PMDB-AC) criticou o foco atual da discussão, na idade penal. Na sua opinião, a ênfase deve recair sobre a natureza do delito cometido, cabendo ao Poder Judiciário – cercado de especialistas como psiquiatras e sociólogos – apreciar cada caso.

Ideli Salvatti (PT-SC) manifestou convicção nas medidas socioeducativas para o enfrentamento da criminalidade. A senadora disse ser “ilusão” achar que a mudança vai inibir o envolvimento de menores em delitos, pois os criminosos vão passar a aliciar pessoas cada vez mais jovens.

## Mudança seria inconstitucional, afirma professor

O professor de Direito da Universidade de Brasília (UnB) Cristiano Paixão argumentou que a proposta de redução da idade penal “viola preceitos fundamentais da Constituição”.

Na sua concepção, a idade mínima da imputabilidade penal em 18 anos “é fruto de um contexto internacional e nacional de defesa da infância e da adolescência, e não está isolado”.

– Há todo um tratamento constitucional que proíbe o trabalho infantil e insalubre, que dá prioridade à educação, à cultura e à família. Esses são núcleos envolvidos na proteção da infância e da adolescência. Portanto, regras de Direito Penal para adultos não podem ser aplicadas para menores.

## Sociólogo critica Estatuto da Criança e do Adolescente

O sociólogo e jornalista José Maria e Silva defendeu a diminuição da maioridade penal de acordo com a gravidade do crime. “É redução ou barbárie”, sustentou.

José Maria criticou duramente o Estatuto da Criança e do Adolescente. Para ele, “é preciso revisar essa lei profundamente machista, que trata de forma diferenciada meninos e meninas”.

– Se as meninas de 12, 13 ou 14 anos podem ser consideradas responsáveis pelo sexo que praticam precocemente, mesmo quando aliciadas por adultos, os meninos têm que ser responsabilizados pelas armas que disparam. O estatuto é um estupro moral da infância brasileira – afirmou.

## Promotor diz que idade penal não é cláusula pétrea

Ao defender a redução da maioridade penal, o promotor de Justiça Tito Amaral admitiu que o sistema prisional é perverso, mas disse ser mais perverso aquele que pratica um crime.

Ele afirmou que a idade penal pode ser alterada na Constituição, pois não se trata, segundo ele, de cláusula pétrea. “Direitos conquistados pelos aposentados que estavam na Constituição já foram modificados”, argumentou.

– Temos que ter um discurso coerente e honesto, para nem falar que vamos conseguir acabar com a criminalidade ao reduzir a maioridade penal, nem o outro extremo: falar que vamos colocar todas as crianças na cadeia – disse.

## Magno Malta é contra presídio no Espírito Santo

O senador Magno Malta (PR-ES) manifestou-se contra a construção de mais um presídio na cidade capixaba de Cachoeiro do Itapemirim. No lugar da unidade prisional, o parlamentar sugeriu que seja construído um hospital público ou uma universidade. Malta é de opinião que se incentive ainda mais o turismo na cidade, berço de celebridades como o cantor Roberto Carlos e o cronista Rubem Braga.

Repetindo o que escreveu em artigo o ex-vereador Almir Forte, Malta disse que “Cachoeiro e o sul do estado não produzem matéria-prima [criminosos] para atender a essa demanda”. No entender do articulista, enquanto o governo estadual quer usar a cidade “para se livrar de bandidos”, o governo municipal mostra subserviência.

### Exame da OAB

O senador também tratou em seu discurso do exame seletivo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e leu os nomes de diversos cidadãos que lhe enviaram mensagens de correio eletrônico em apoio à sua proposta de acabar com essa prova.

De acordo com Malta, diversos juristas afirmam que a exigência de aprovação no exame da ordem para o exercício da profissão de advogado é inconstitucional.

O senador mostrou-se ainda contrário ao atual sistema de adoção no país. Segundo ele, “há muitas crianças precisando de uma família e muitos cidadãos querendo adotar essas crianças, mas a legislação dificulta as adoções, enquanto facilita a transferência ilegal delas para o exterior”.



Magno Malta critica o sistema de adoção de crianças no país

## Serys: ONU mostra perigo do derretimento da neve e do gelo

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) alertou para o perigo representado pela redução do volume de gelo e neve no planeta, causada pelo aquecimento global. Ela ressaltou que a ONU divulgou neste mês um relatório mostrando que o gelo e a neve são importantes por refletirem a luz do sol para fora do planeta, ao contrário do que ocorre com o solo descoberto e as grandes extensões de água, os quais absorvem a luz do sol – e, dessa forma, aceleram o aquecimento do planeta.

Serys lembrou que o aumento do nível dos mares é uma das principais consequências do derretimento. Destacou ainda que, de acordo com o relatório – intitulado “Perspectiva mundial sobre o gelo e a neve” –, se houver um aumento de um metro no nível do mar, sem que sejam adotadas medidas de adaptação, cerca de 145 milhões de pessoas poderão ser vítimas de inundações, principalmente na Ásia.



Serys adverte para riscos da elevação do nível dos mares

A senadora disse que a escassez de água potável e para irrigação estaria entre as consequências das mudanças ambientais.

A ONU previu que essa elevação do nível do mar poderia ocorrer em cem anos, mas a parlamentar ressaltou que há especialistas sustentando que pode acontecer antes de tal prazo.

Serys frisou que a quebra de geleiras pode representar um alto risco ambiental. Também observou que, se antes havia estimativas de que o oceano Ártico poderia ficar sem gelo em 2100, já há previsões de que isso ocorrerá já em 2027.

## Augusto cobra desenvolvimento sustentável para a Amazônia

Em discurso no Plenário, o senador Augusto Botelho (PT-RR) comentou a passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho) para lembrar a importância da região amazônica para o Brasil e para os brasileiros. “Um dos mais expressivos patrimônios do Brasil”, disse o senador, a Amazônia enfrenta diversos problemas como a pesca predatória e o desmatamento.

– O conceito de desenvolvimento sustentável, consagrado na Eco-92, mais do que nunca, precisa ser praticado na Amazônia. Para tanto, tenhamos consciência de uma verdade incontestável: nenhuma política de desenvolvimento para a região terá êxito se não for pensada globalmente.

Com um total de 6,5 milhões de quilômetros quadrados, englobando áreas de nove países – Brasil, Venezuela, Colômbia,



Região enfrenta desmatamento e pesca predatória, diz Augusto

Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa –, a Amazônia ocupa 61% da área total do Brasil, onde estão localizados 60% da floresta. O senador destacou a imensa variedade de espécies animais e vegetais existentes na região, salientando que a Amazônia é a maior fonte natural do planeta para a confecção de fármacos; e se constitui na maior bacia de água doce do mundo.

Em apertes, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e João Tenório (PSDB-AL) apoiaram Augusto.

## Especificação de valor calórico de bebida tem apoio

Jayme Campos (DEM-MT) registrou o recebimento de ofício do Ministério Público de São Paulo elogiando proposição de sua autoria que determina a especificação nos rótulos das garrafas de refrigerantes do valor calórico dessas bebidas.

Assinada pela promotora de Justiça Débora Pierri, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Consumidor, a carta traz relatório de uma consulta pública realizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre a regulamentação da “propaganda, publicidade, divulgação e promoção” de alimentos com quantidades elevadas de açúcar e gordura.

### Pesquisa

Ressaltando o objetivo de seu projeto (PLS 196/07) de combater os efeitos danosos da publicidade indiscriminada de alimentos calóricos sobre a saúde pública, especialmente de crianças e adolescentes, Jayme Campos citou pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada entre 2002 e 2003, apontando índices alarmantes de sobrepeso entre os jovens brasileiros.

– Na distribuição dessa estatística por estado regional, verifica-se que, quanto maior o acesso à propaganda e mais desenvolvido for o território, tanto mais severo será o número do sobrepeso – alertou.

Em apertes, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Mão Santa (PMDB-PI) e Augusto Botelho (PT-RR) manifestaram seu apoio ao pronunciamento de Jayme Campos.



Jayme Campos: pesquisa aponta gravidade em sobrepeso

Integrantes de grupo interministerial debatem com senadores da Comissão de Infra-Estrutura propostas para impedir comunicação dentro dos presídios

## Marconi aprova idéias para controle de celular em prisão

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador Marconi Perillo (PSDB-GO), afirmou que o sistema de controle da comunicação dentro dos presídios, proposto pela comissão interministerial coordenada pelo Ministério da Justiça, é seguro e será levado em conta na elaboração do projeto de lei sobre o assunto em discussão no Senado.

A opinião foi expressa pelo senador durante audiência pública na CI com membros da comissão interministerial. O relator da proposição, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), concordou com as conclusões da comissão interministerial.

Marconi agendou para 4 de julho o debate do relatório sobre o projeto (PLS 137/06), de autoria do então senador Rodolpho Tourinho. De acordo com o presidente da CI, o sistema proposto pela comissão interministerial oferece soluções a curto, médio e longo prazos, que devem contar com o apoio do Senado, para melhorar



Marconi (2º à esq.) acompanha depoimento de Pedro Vieira Abramovay

a segurança da sociedade brasileira.

O secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Pedro Vieira Abramovay, afirmou que uma das principais soluções apontadas pela comissão interministerial, da qual faz parte, é impedir a entrada do celular nos presídios.

Para isso, segundo Abramovay, a comissão interministerial apresentou propostas no sentido de melhorar a gestão do sistema penitenciário e para a instalação de equipamentos de identificação e localização dos celulares que já estão ou venham a entrar nos presídios.

## Flexa Ribeiro insiste no uso de verba do Fistel

O senador Flexa Ribeiro, relator do projeto de lei que determina o bloqueio do sinal de celulares em presídios, voltou a sugerir que os custos de instalação dos bloqueadores sejam pagos pelo Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) e não pelas empresas de telefonia celular. Ele afirmou ontem que esse ponto constará do relatório que apresentará na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Flexa Ribeiro tem argumentado que, se forem obrigadas a implantar os bloqueadores, as operadoras de telefonia celular vão repassar os custos aos consumidores. O senador Demostenes Torres (DEM-GO), no entanto, apre-

sentou em maio voto em separado para restabelecer o texto original do projeto de Rodolpho Tourinho.

Na ocasião, Demostenes, que foi relator da matéria na Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ), havia dito que, “na contramão do processo, o relatório do senador Flexa Ribeiro tira a obrigação das empresas telefônicas e a transfere para o Estado, ao prever que um fundo público financiará a instalação, o custeio, a manutenção e a adequação tecnológica dos bloqueadores de celulares”.

– Quem tem de pagar são as empresas – frisou ele, ontem, em entrevista à Agência Senado.

Também foi sugerida a instalação de detectores de metais nas penitenciárias, além de equipamentos de raios X, e a criação de um setor de informação (inteligência) que fiscalizará o uso desses equipamentos.

A necessidade de maiores investimentos em recursos humanos foi destacada principalmente pelo representante da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, tenente-coronel Benedito Donizetti. Ele observou que, nos últimos oito anos, houve crescimento de 100% no número de vagas nos presídios, enquanto o de pessoas contratadas pelos serviços penitenciários aumentou apenas 48%.

Já Flexa Ribeiro declarou, também à Agência Senado, que o Fistel arrecadará em 2007 cerca de R\$ 2,15 bilhões, mas que a maior parte desses recursos não serão utilizados neste ano. Segundo o parlamentar, o orçamento da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) prevê o uso de R\$ 350 milhões desse fundo em 2007.

– Ou seja, haverá um excedente de R\$ 1,8 bilhão no Fistel – destacou ele.

Flexa Ribeiro ressaltou que os recursos desse fundo seriam utilizados “uma única vez”, apenas para os presídios já existentes, pois os novos já seriam instalados com os respectivos sistemas de bloqueio.





Fátima Cleide vê ataque frontal à autonomia e à liberdade sindical

## Fátima Cleide protesta contra CPI sobre sindicato

A criação na Assembléia Legislativa de Rondônia de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sintero) foi motivo de protesto por parte da senadora Fátima Cleide (PT-RO). Para ela, essa CPI é uma tentativa de intimidar e coagir a entidade que representa milhares de funcionários públicos.

– É, sobretudo, um ataque frontal à autonomia e à liberdade sindical. Por isso, uma das providências que está sendo adotada é o encaminhamento à Organização Internacional do Trabalho (OIT), no próximo dia 25, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), de denúncia pela prática anti-sindical da Assembléia Legislativa de Rondônia. O encaminhamento se dará durante a realização do seminário “Trabalho Decente”, que irá acontecer em São Paulo – afirmou.

A senadora disse que o governador Ivo Cassol, “com seu autoritarismo, atenta contra a livre associação patrocinando atos imperiais para calar as forças democráticas da sociedade”. Como exemplo, ela lembrou a suspensão do desconto em folha da mensalidade sindical dos servidores e o corte de qualquer outro desconto referente ao sindicato, após a greve de 40 dias de 2006.

Fátima Cleide acusou os deputados Miguel Sena e Alexandre Brito, autores do requerimento de criação da CPI, de serem “alinhados e subservientes ao governador” e alvos de ação penal na Justiça de Rondônia. De acordo com a senadora, por trás das intenções investigativas estariam interesses de ordem pessoal.

Indicado para embaixada afirma que previsão de US\$ 5,2 bilhões em investimentos em país da América Central já atraiu quatro empresas brasileiras

## Diplomata ressalta chances de negócios no Panamá

O Panamá deverá oferecer “expressivas” oportunidades de negócios para empresas de construção civil, previu ontem o ministro de segunda classe Eduardo Prisco Ramos, cuja indicação para a embaixada brasileira naquele país recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Entre os principais projetos para os próximos anos, adiantou, estão a ampliação do Canal do Panamá e a construção de um megaporto na costa pacífica.

As obras de ampliação do canal, que permite o trânsito de navios entre os oceanos Atlântico e Pacífico, deverão duplicar a sua atual capacidade e permitir a passagem de maiores embarcações. Estão previstos investimentos de aproximadamente US\$ 5,2 bilhões, o que atraiu o interesse de quatro empresas brasileiras, segundo o embaixador indicado.

– Os panamenhos já chegaram a um consenso de que o país deverá se converter em uma plataforma logística e de serviços para o comércio internacional – disse Prisco Ramos, cuja indicação teve como relator o senador Mão Santa (PMDB-PI).

Ainda de acordo com o diplomata, o Panamá está atraindo aposentados dos Estados Unidos e da Euro-



Sette Câmara (E), Heráclito, Serys Silhessarenko e Prisco Ramos na CRE

pa, que ali fixam residência. O país tem experimentado um boom imobiliário e crescido a uma média de 8% ao ano. No momento em que completam 100 anos de relacionamento, recordou, Brasil e Panamá têm como um dos principais temas da agenda de cooperação a área de produção de etanol.

### Paquistão

Também recebeu parecer favorável durante a reunião, que foi presidida pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI), a indicação do ministro de segunda classe Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa para o cargo de embaixador brasileiro no Paquistão. A mensagem contendo a sua indicação teve como relator o senador Augusto Botelho (PT-RR).

Segundo Sette Câmara, as relações entre o Brasil e o Paquistão são “sólidas”. O comércio bilateral teve

forte crescimento entre 2002 e 2006, quando saltou de US\$ 27,3 milhões para US\$ 193,7 milhões. O item mais importante da pauta de exportações brasileiras é o algodão, que abastece a indústria têxtil paquistanesa. As importações brasileiras do Paquistão limitaram-se a US\$ 29,7 milhões no ano passado, com ênfase em produtos esportivos e equipamentos cirúrgicos.

O embaixador indicado alertou para o quadro de instabilidade política do país, depois que o presidente da Corte Suprema foi suspenso há dois meses pelo presidente da República, general Pervez Musharraf, por haver decidido que o general não poderia acumular a presidência da Corte com a chefia do Exército. Desde então, informou, mais de 500 pessoas morreram em conflitos de rua.

## Comissão ouvirá presidente de TV venezuelana

O presidente da Radio Caracas Television (RCTV), Marcel Granier, deverá comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para falar sobre o fechamento da emissora pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez. O convite está previsto em requerimento do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), aprovado ontem pela comissão.

A presença de Granier será importante, na avaliação de Azeredo, para que o empresário possa comentar as “graves conseqüências” do fechamento da emissora “à liberdade de expressão na América Latina e no mundo livre”.

Ainda durante a reunião da CRE, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou as suas negociações com o governo federal e com o

governo paulista para que permaneça na cidade de São Paulo a sede do Parlamento Latino-americano (Parlatino). O presidente da comissão, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), sugeriu – com o apoio de Suplicy – que a emenda da CRE ao projeto de Orçamento da União para 2008 contemple recursos para a manutenção do Parlatino na capital paulista.

## Rejeitada proposta que beneficia municípios mineiros

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) rejeitou ontem projeto do ex-senador Aelton Freitas que pretendia incluir 58 municípios de Minas Gerais como beneficiários do Fundo de Financiamento Constitucional do Centro-Oeste (FCO). A proposta, relatada pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), tramita com emenda do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para incluir mais 26 municípios da região do Triângulo Mineiro.

O projeto (PLS 277/03) deverá ser necessariamente apreciado em Plenário por ter recebido parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo Marisa Serrano, os recursos do FCO já são insuficientes para atender aos pleitos dos quatro estados da região que, no final de 2006, somavam R\$ 2,2 bilhões frente a uma disponibilidade de apenas R\$ 1 bilhão. Caso fosse apro-

vada a inclusão de mais 84 municípios, essa situação de penúria iria aumentar, argumentou a senadora.

– O fosso entre as regiões brasileiras estaria sendo ampliado – observou.

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) apresentou voto em separado defendendo a aprovação do projeto. Ele alegou a similaridade de carências de financiamento e potencialidades de desenvolvimento dos municípios mineiros com seus limítrofes de Goiás e Mato Grosso do Sul, todos situados em região de cerrado.

Para o senador Eduardo Azeredo, a importância política de Minas Gerais poderia aumentar as dotações do FCO com ganhos para todos. O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) frisou que os estados da região Centro-Oeste têm recorrido à renúncia fiscal como única maneira de financiar suas necessidades ao longo das três últimas décadas.



Presidida por Lúcia Vânia, comissão decide não ampliar beneficiários do FCO

## Aprovada criação de três ZPEs em cidades do Maranhão

Foram aprovados ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo três projetos de lei criando zonas de processamento de exportação (ZPE) em municípios do Maranhão. Todas as propostas são da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA).

O PLS 254/07 refere-se ao município de Rosário, o PLS 234/07, ao município de Barreirinhas e o 235/07, ao município de Imperatriz. Os projetos serão examinados em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Relator do PLS 254/07, o senador Marco Maciel (DEM-PE) afirmou que as

ZPEs têm servido como importante instrumento de desenvolvimento, especialmente na China, onde reduziram os desequilíbrios regionais, promovendo a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do país.

Maciel disse que a expectativa é de que as 17 ZPEs criadas no Brasil entrem em operação em breve a partir da aprovação do PLS 149/96, que propõe alterações no regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs para viabilizar sua implantação efetiva. O projeto foi aprovado recentemente pela CAE, e será examinado em Plenário.